

## COMBATE À CRISE



Audiência na Comissão de Assuntos Econômicos, presidida por Garibaldi Alves, analisa projeto da nova lei de defesa da concorrência – um dos pontos do pacote de combate à crise econômica



Jorge Gerdau sugere ao governo zerar o imposto de exportação

### 1 COMPETITIVIDADE

Para Gerdau, juros e impostos aumentam custos da produção e tornam o Brasil menos eficiente. [4 e 5](#)



José Múcio (D) comunica a Sarney a edição de MP para municípios

### 2 MUNICÍPIOS

Governistas elogiam liberação de R\$ 1 bilhão – valor que os opositoristas consideram insuficiente. [4](#)

### 3 CARTÕES DE CRÉDITO

Setor pode gerar a próxima grande crise, alerta Agripino, depois de buscar informações no mercado dos EUA. [6](#)

#### Comissão de juristas propõe novo código

Processo penal pode ganhar novas regras com proposta que será entregue a Sarney. [7](#)

#### Escola pública pode ter carteira para canhotos

Uma parcela de 10% do total dos alunos brasileiros deve ser beneficiada por projeto. [8](#)



Valadares (E), Camata, Marco Maciel, Papaléo e Inácio Arruda aprovaram ontem os últimos itens da proposta de regimento

#### Comissão apresenta hoje projeto do novo Regimento

Hoje, a Comissão de Reforma do Regimento Interno entrega seu relatório final ao presidente da Casa, José Sarney. O projeto ficará na Mesa por cinco dias, para apresentação de emendas. [2](#)

Sarney recebe relatório final de comissão especial, o qual ficará na Mesa do Senado durante cinco dias para a apresentação de emendas de parlamentares

## Projeto do novo regimento da Casa será entregue hoje

A COMISSÃO ESPECIAL criada para reformar o Regimento Interno do Senado Federal entregará hoje, às 10h30, seu relatório final ao presidente da Casa, José Sarney. Os últimos itens do projeto de resolução, que teve Gerson Camata (PMDB-ES) como relator, foram aprovados ontem. A matéria ficará na Mesa durante cinco dias, prazo para recebimento de emendas.

Junto com o projeto de resolução, aprovado por unanimidade, o presidente da comissão especial, Marco Maciel (DEM-PE), encaminhará à Mesa emendas por Inácio Arruda (PCdoB-CE). Apesar de suas propostas para alterar o texto do relator, Inácio Arruda concordou com a aprovação da matéria e o envio de suas emendas, que serão analisadas posteriormente.

Depois de transcorridos os cinco dias de prazo para sugestão de emendas, o projeto de resolução será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Depois de tramitar na CCJ, a matéria voltará à comissão especial para a apreciação das emendas de Inácio Arruda e das demais que porventura sejam apresentadas.

A maior parte das propostas de alteração apresentadas por Inácio Arruda visa assegurar direitos aos partidos pequenos. Uma delas reduz de um décimo da composição da Casa para um vinte e sete avos (três senadores) o número mínimo para formação de bloco parlamentar.

O projeto de resolução

aprovado estipula que as vantagens administrativas adicionais estabelecidas para os gabinetes das lideranças somente serão admitidas às representações partidárias que tiverem, no mínimo, um vinte e sete avos da composição do Senado. Emenda de Inácio Arruda determina que caso o partido não atinja esse número, tenha direito a um décimo dessas vantagens.

### PECs

O parlamentar propôs ainda que a Casa crie comissões especiais, como ocorre na Câmara dos Deputados, para apreciar as propostas de emenda à Constituição admitidas pela CCJ. O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) se opôs à sugestão, alegando que esse rito processual retardará a tramitação das PECs. Valadares informou que há seis anos apresentou um projeto para alterar a Constituição e somente agora a Câmara criou uma comissão especial para analisá-la.

Papaléo Paes (PSDB-AP) disse que a comissão discutiu exaustivamente as propostas de alteração no Regimento Interno, visando, principalmente, dar celeridade ao processo legislativo e democratizar a utilização da palavra pelos senadores. Ele observou que a comissão não teria tempo de discutir as emendas de Inácio Arruda naquele instante. O senador sugeriu a aprovação do relatório de Camata e que as sugestões de modificação fossem debatidas posteriormente.

Dessa forma, Camata pediu ao presidente da comissão, Marco Maciel, que recolhesse as emendas e as enviasse, por meio de ofício, à Mesa. Camata fez um resumo do que as mudanças ao Regimento Interno do Senado propõem: "Fazer com que haja maior velocidade, objetividade e produtividade para que os senadores possam cumprir seu papel de fazer leis, fiscalizar e também falar, sendo que esta é a terceira prioridade".



Valadares (E), Camata, Marco Maciel, Papaléo e Inácio Arruda em reunião da comissão

## Senadores comemoram os 40 anos da ECT

O Senado realizou ontem sessão especial em homenagem aos 40 anos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Durante a solenidade, o ministro das Comunicações, Hélio Costa, afirmou que a empresa, com mais de 110 mil empregados e presente em todos os 5.464 municípios brasileiros, apresentou lucro operacional por três anos consecutivos. Ainda de acordo com o ministro, foi a primeira vez, nos últimos 20 anos, que isso aconteceu.

Hélio Costa afirmou ainda que há muita gente querendo prejudicar a ECT para que grupos internacionais assumam a função da empresa.

– Querem assumir, na verdade, o que chamamos de filé: todo mundo quer entregar pacote em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, nas capitais, mas ninguém quer entregar uma carta lá no interior do Amazonas, pegando um barco, viajando uma hora de barco num dia para entregar uma única correspondência se for necessário – declarou o ministro.

Autor do requerimento para a homenagem, o senador Wellington Salgado (PMDB-MG) ressaltou a importância de serviços como o Banco Postal e o sistema Importa Fácil Ciência.

– O Banco Postal atende às pessoas carentes que estão à margem do sistema bancário convencional. O Importa Fácil apoia e facilita a importação de equipamentos de insumo para pesquisadores e cientistas brasileiros – declarou Wellington Salgado.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) sugeriu que os Correios se transformassem em polo ini-

cial de agregação dos 11 milhões de analfabetos existentes no país, tese que pode ser iniciada pioneiramente em Brasília. Já o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) disse que a ECT, como a Petrobras e a Embrapa, tem papel estratégico para o Brasil. A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ressaltou os investimentos do governo Lula na ECT em Mato Grosso. Os senadores Marcelo Crivella (PRB-RJ), Jefferson Praia (PDT-AM), João Pedro (PT-AM) e José Nery (PSOL-PA), entre outros, analisaram o papel social da empresa que tem agências em todo o interior do Brasil.



Hélio Costa com o senador Wellington Salgado, que requereu a sessão especial

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Abertura do mercado de resseguros

A sessão, às 14h, é deliberativa. A hora do expediente será dedicada à comemoração do 1º ano de abertura do Mercado de Resseguros no Brasil.

### Sarney recebe plano de ação contra crise

O presidente do Senado, José Sarney, recebe às 11h o secretário especial de Aquicultura e Pesca, ministro Altemir Gregolin. Às 11h30 recebe, do ex-ministro João Paulo dos Reis Velloso e de dirigentes do Fórum Nacional e da Cú-

pula Empresarial, o plano de ação contra a crise financeira internacional. Às 16h, preside a ordem do dia, e às 18h participa, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), da sessão comemorativa dos 20 anos da instalação do tribunal.

### Fundações de apoio às universidades

As comissões de Ciência e Tecnologia do Senado e da Câmara ouvem, às 8h30, o secretário de Fiscalização de Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas da União (TCU), Cláudio Souza Castello Branco, sobre resultados de auditorias feitas pelo TCU. Na segunda parte, a CCT debate, em audiência, a situação das fundações de apoio às universidades. Entre os convidados, o ministro da Educação, Fernando Haddad.

### Lançamento de acordo ortográfico em braile

Às 16h30, no Salão Nobre, acontece o recital da cantora lírica Denise Tavares, acompanhada da pianista Beatriz Salles, em comemoração ao Dia Mundial da Voz. Às 18h30, na biblioteca do Senado, lançamento do livro *Acordo ortográfico da língua portuguesa – em braile*.

### CDR analisa alterações no Estatuto das Cidades

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo se reúne, às 10h30, para analisar duas propostas que alteram o Estatuto das Cidades: a que estabelece diretrizes gerais da política urbana e a que determina a legitimidade do Ministério Público para propor a ação de usucapião especial urbana.

### Redução da maioria penal em pauta na CCJ

Duas emendas de Plenário apresentadas ao substitutivo à proposta de emenda à Constituição (PEC) que altera o Código Penal, reduzindo para 16 anos a idade para imputabilidade penal, estão na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que se reúne às 10h para analisar 50 itens.

### Audiência sobre violência no campo

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) debate, às 9h – com os ministros de Política para as Mulheres, Nilcéa Freire, e dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi –, o combate à violência doméstica no campo. Na mesma reunião serão eleitos o presidente e o vice do colegiado e, também, os da Subcomissão do Idoso.

### Residência educacional para professores

Às 10h, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) realiza audiência para instruir o projeto que institui a residência educacional a professores da educação básica (PLS 227/07). Foram convidados para o debate representantes do Conselho Nacional de Educação (CNE), da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) e da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC).

### Exportação de produtos da agroindústria

O primeiro projeto entre os 12 itens da pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) trata da desoneração dos tributos incidentes sobre a exportação de produtos da agroindústria. Também deverá ser analisado pela CAS, que se reúne às 11h, projeto que extingue a obrigatoriedade do registro das admissões e dispensas de empregados regidos pela legislação celetista. Logo após, as subcomissões permanentes das Pessoas com Deficiência; de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde; e em Defesa do Emprego e da Previdência Social se reúnem para eleições dos seus presidentes e vices.



Gerardo Magalhães

## Homenagem a Carlos Wilson

Marco Maciel (DEM-PE) prestou homenagem ao ex-governador, ex-senador e deputado Carlos Wilson, que morreu no fim de semana, depois de enfrentar um câncer por cerca de cinco anos. O senador pediu que fossem enviadas mensagens de pesar à família, ao governo de Pernambuco, à Câmara dos Deputados e ao Clube Náutico Capiberibe, do Recife, do qual Carlos Wilson era torcedor aguerrido. Sete senadores, em apertes, homenagearam o político pernambucano.

– Carlos Wilson sabia fazer e manter amigos. Ele tinha carisma e a vocação do político. Mesmo doente, vinha toda semana a Brasília, cumprindo o seu mandato de deputado. Foi uma pessoa que se dedicou plena e totalmente à vida pública – afirmou.

Senador considera que distribuição de remédios gratuitos cabe ao governo

## Adelmir defende remédio grátis

O senador Adelmir Santana (DEM-DF) disse que o governo federal deve utilizar sua capacidade de conseguir substanciais reduções de preços nas compras de medicamentos feitas em grande escala para garantir o acesso da população de baixa renda a remédios gratuitos. Para Adelmir Santana, os benefícios dessas compras são de tal ordem que a administração pública, ao se omitir de sua ampla utilização, está, em realidade, atuando para impedir que as pessoas mais pobres tenham acesso aos medicamentos.

## Parlamentar mexicano visita Senado

O presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado do México, César Leal, visitou ontem o Senado brasileiro. O parlamentar foi recebido pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado Federal, e em seguida visitou o Plenário, acompanhado pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

## CPI da Pedofilia vai a Catanduva

Magno Malta (PR-ES) informou ontem ao Plenário que a Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia deve votar requerimento para que um médico e um empresário, suspeitos de participarem de uma rede de pedofilia em Catanduva, interior de São Paulo, sejam obrigados a depor perante a comissão. O requerimento deve ser votado hoje, informou.

O senador afirmou que ele e Romeu Tuma (PTB-SP) deverão retornar a Catanduva para ouvir esses depoimentos.

O parlamentar anunciou a realização de dois eventos no Espírito Santo, ambos intitulados "Todos contra a pedofilia". O primeiro será promovido na cidade de Vila Velha, no dia 1º de maio, e o segundo, em Cachoeiro de Itapemirim, no dia 11 do mesmo mês.



Maurício Almeida

Senador diz estar convencido de que Fausto de Sanctis não feriu a lei

## Suplicy espera que juiz seja inocentado

Eduardo Suplicy (PT-SP) espera que o juiz federal Fausto Martins de Sanctis seja inocentado nesta semana pelo Tribunal Regional Federal (TRF) – 3ª Região. O senador explicou que a corregedoria do TRF abriu processo disciplinar contra o juiz depois que sua atuação foi questionada na Operação Satiagraha, da Polícia Federal.

Suplicy visitou o juiz no feriado e afirmou estar convicto de que ele "não feriu nenhuma lei ou a Constituição". O senador ainda leu trecho de livro do jurista Dalmo Dallari no qual o autor sustenta que um juiz "precisa agir com independência" para poder cumprir sua função de melhor servir à sociedade.

## Gilvam defende PEC sobre deficiente

Gilvam Borges (PMDB-AP) defendeu ontem proposta de emenda à Constituição (PEC 07/09) de sua autoria que estabelece ser dever da família, da sociedade e do Estado assistir as pessoas com deficiência, para promover sua inclusão social.

De acordo com o texto, o poder público deverá realizar programas nas áreas de treinamento e capacitação para o mercado de trabalho e convivência comunitária. A proposta, relatada pela senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), está sendo examinada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Embora seja consensual em suas linhas básicas, projeto em tramitação no Senado apresenta pontos polêmicos como suposto excesso de poderes ao presidente do Cade



Jonas Pereira

Audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos com diversos convidados (D) mobiliza senadores (E)

# Debatedores divergem sobre lei de defesa da concorrência

EMBORA CONSENSUAL NAS suas linhas básicas, o projeto da nova lei de defesa da concorrência, em tramitação no Senado, apresenta alguns pontos sobre os quais ainda há divergências, conforme ficou claro em audiência pública realizada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A matéria (Projeto de Lei da Câmara 6/09) ainda será examinada pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e Fiscalização e Controle (CFC), antes de seguir para o Plenário.

Os pontos mais relevantes em que especialistas e parlamentares concordam são a obrigatoriedade do exame prévio para atos, como fusões de empresas, que provocam concentração econômica; o estabelecimento de prazos para o julgamento dos processos pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade); e a reestruturação administrativa do

órgão para dar conta das novas tarefas.

Entre os pontos mais polêmicos, foram mencionados os poderes conferidos ao superintendente-geral do Cade – cargo que substituiria o atual cargo de presidente – chamados por alguns de "superpoderes"; a possibilidade de o Cade interferir no poder das agências reguladoras; as restrições ao papel do Ministério Público na análise dos processos; e dúvidas quanto à diminuição do papel do Senado na aprovação de nomes de conselheiros.

– Existem algumas falhas nesse projeto que superam as suas vantagens – disse Mauro Grinberg, do Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional (Ibrac), o maior crítico do PLC 6/09. Ele mencionou como negativa a possibilidade de o superintendente-geral decidir sobre processos

independentemente dos conselheiros que formam o plenário do órgão, por exemplo, arquivando um procedimento investigatório. Também acha perigoso que o Cade possa nomear um conselheiro provisório, por impedimento de outro ou término de mandato, sem a aprovação do Senado.

O presidente do Cade, Arthur Badin, negou que o projeto dê superpoderes ao superintendente-geral. Disse que as decisões monocráticas já são a prática em 90% dos processos, por uma questão de economia de recursos e tempo, mas que a possível nova lei dará a qualquer conselheiro, ao Ministério Público ou a qualquer cidadão o poder de requerer a continuidade de uma investigação. Sobre os conselheiros provisórios, Badin observou que serão nomeados em casos raríssimos.

## CPI requer dados sobre ação de ONGs na Amazônia

A Comissão Parlamentar de Inquérito das Organizações Não Governamentais (CPI das ONGs) aprovou ontem três requerimentos de informações apresentados pelo presidente, senador Heráclito Fortes (DEM-PI).

O primeiro requerimento solicita que o Ministério da Justiça encaminhe à comissão o relatório da Secretaria Nacional de Justiça sobre a atuação das ONGs na Amazônia Legal. O segundo requer ao mesmo ministério o nome das entidades citadas no relatório por suspeita de atuação irregular na região. Já o terceiro requerimento solicita que a Polícia Federal envie à comissão



Waldemir Rodrigues

Heráclito Fortes (E) preside CPI das ONGs. Inácio Arruda (2º à esq.) é o relator

cópia dos autos do inquérito da Operação Fariseu, que apurou fraudes na concessão de certi-

ficados de filantropia para fins de isenção do pagamento de contribuições sociais.

## Cafeteira alerta para os riscos do "denuncismo"

Ao comentar as denúncias de irregularidades no Senado e na Câmara dos Deputados, Epitácio Cafeteira (PTB-MA) afirmou que "a onda de denuncismo contra parlamentares e funcionários não atinge somente pessoas; ultrapassa-as". Conforme o senador, isso "mina de tal forma a credibilidade do Congresso Nacional que acaba colocando em risco a própria democracia".

– Não pretendo defender qualquer irregularidade ou desvio. Temos problemas, sim.

Na opinião do senador, a imprensa, ao investigar os casos de corrupção envolvendo o Parlamento, deve "alargar o



Gerardo Magalhães

Cafeteira ressalta a importância do Congresso para a democracia brasileira

espaço dedicado a essas questões, enfocando toda a teia e não somente fragmentos dela". A cobertura jornalística deveria ser realizada, declarou, sem

perder de vista a importância do Congresso na democracia.

– Temos de entender que, se existem erros, são de membros da instituição, e não da própria instituição.

Para Cafeteira, "a construção pejorativa da política pela mídia, ao confundir a política com mera instância de poder, pode comprometer o futuro da democracia brasileira". Isso acontece, disse, em um contexto no qual "grande parte da população brasileira, diante de notícias verdadeiras e outras distorcidas, considera o Legislativo o menos confiável do tripé que sustenta nosso edifício democrático".



"Espero que os valores sejam suficientes para repor as perdas verificadas até o momento", diz Raupp

# José Múcio anuncia MP para ajudar municípios

## Raupp: "Governo deu atenção às prefeituras"

Valdir Raupp (PMDB-RO) elogiou o governo federal por "dar atenção às prefeituras" e elevar o repasse do Fundo de Participação dos Municípios. "Com a concessão de isenções fiscais e a consequente redução dos recursos do fundo, as administrações municipais teriam menos dinheiro em caixa, mas o presidente Lula e sua equipe econômica determinaram que os repasses se mantivessem no padrão do ano passado", explicou.

O senador afirmou que o governo vai liberar R\$ 1 bilhão ao longo do ano para os cerca de 5.500 municípios. "Como a expectativa é uma recuperação da arrecadação a partir de abril, o problema será equacionado", disse Raupp, citando entrevista do ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, ao jornal *Valor Econômico*. "Espero que os valores sejam suficientes para repor as perdas verificadas até o momento, e que, no segundo, no terceiro e no quarto trimestres, realmente a receita possa se recuperar", comentou Valdir Raupp. Ele lembrou que a distribuição do FPM cresceu desde 2005, quando era de R\$ 30,8 bilhões, até 2008, quando chegou a R\$ 51 bilhões – valor que será mantido em 2009, mesmo com queda na arrecadação.

– Os municípios poderão contar com esses recursos para fazer frente às despesas com saúde, educação e infraestrutura, porque estava havendo um aperto exagerado do cinto.



Serys comemora anúncio de que todos os municípios poderão participar do Minha Casa, Minha Vida

## Serys elogia liberação de R\$ 1 bi para cidades

A decisão do governo federal de editar medida provisória liberando R\$ 1 bilhão para os municípios recebeu elogios de Serys Silhesarenko (PT-MT). Os recursos servirão para compensar perdas decorrentes da redução dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios.

A senadora explicou que R\$ 300 milhões serão reservados para as cidades mais afetadas pela perda na arrecadação, e disse que entre as medidas do Executivo estarão a antecipação de repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

– Estamos no meio de uma crise internacional sem precedentes, implicando uma queda abrupta no repasse do Fundo de Participação dos Municípios, desorganizando as finanças de cidades menores, onde essas transferências constituem a principal fonte de suas receitas – opinou.

Serys também comemorou o anúncio do governo de que todos os municípios poderão participar do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, independentemente do número de habitantes, e elogiou os planos habitacionais Tô Feliz e o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), promovidos em Mato Grosso em parceria com o governo federal.

Ministro das Relações Institucionais comunica ao Senado a liberação de R\$ 1 bilhão para garantir que repasses do FPM se mantenham, pelo menos, no mesmo padrão de 2008

O MINISTRO DAS Relações Institucionais, José Múcio, comunicou ontem oficialmente ao presidente do Senado, José Sarney, que o governo federal atenuará a queda de arrecadação dos municípios, por meio de uma medida provisória (MP), com R\$ 1 bilhão a ser liberado pelo Tesouro.

Ao deixar o Senado, José Múcio afirmou que Sarney considerou a medida "uma grande providência que chegou a tempo".

– Vim aqui principalmente falar sobre essa decisão do governo, tomada com a devida aprovação do Conselho Político – declarou o ministro.

Sobre as dificuldades de aprovação da medida no Congresso, José Múcio disse considerar que as MPs têm andado num ritmo bom e que, no Senado, a tramitação tem sido mais célere que na Câmara dos Deputados.

Quando questionado sobre a hipótese de essa liberação de recursos beneficiar tanto bons como maus administradores municipais, o ministro respondeu que "não se pode fazer essa distinção num momento de crise, que atinge a todos". Ele explicou que os prefeitos vão ter, no mínimo, o mesmo repasse que tiveram no ano passado. Em sua opinião, há sinais de que a economia brasileira vai logo se recuperar, e por isso ninguém deverá incorrer em desobediência à Lei de Responsabilidade Fiscal.

– No caso, essa providência atinge os mais necessitados. Serão os municípios mais pobres que se beneficiarão mais. Não só o presidente Sarney, como todos os políticos, todas as pessoas com as quais conversamos, acharam que a medida foi muito boa, uma grande surpresa. De repente, o governo anuncia, num ano de crise, com todas as dificuldades, que garante aos municípios brasileiros a mesma receita do ano passado – afirmou.



Segundo Virgílio, os municípios perderam R\$ 3,5 bilhões de arrecadação do FPM: "R\$ 1 bilhão não resolve"

## Virgílio quer mais dinheiro para compensar queda em repasses

A liberação de até R\$ 1 bilhão anunciada pelo governo para repor as perdas das prefeituras com a queda nos repasses do FPM foi considerada insuficiente por Arthur Virgílio (PSDB-AM). O senador defendeu a abertura de uma linha de crédito a fundo perdido entre R\$ 3 bilhões e R\$ 4 bilhões para que as prefeituras possam recompor o que perderam neste início de ano.

– Os municípios perderam de repasse de FPM, de janeiro até aqui, R\$ 3,5 bilhões. O presidente está propondo devolver, a prestações, R\$ 1 bilhão. Não resolve. Além disso, quando viram os repasses caírem em função das concessões fiscais feitas na cobrança do Imposto de Renda e do IPI, os prefeitos pediram ao governo que, se quiser continuar fazendo concessões, que o faça com base nas contribuições cuja arrecadação é toda destinada aos cofres federais – afirmou. O senador disse que o governo deve ajudar prioritariamente municípios efetivamente carentes, cujas arrecadações dependem quase que exclusivamente dos repasses federais. Ele citou Japurá, no Amazonas, cuja arrecadação caiu de R\$ 1,4 milhão, em dezembro, para R\$ 615 mil, em março.

Virgílio também falou sobre a necessidade de o governo discutir uma saída para a questão previdenciária. A sugestão apresentada pelo senador foi o governo suspender a cobrança da dívida previdenciária por um prazo determinado para que possa ser feito um levantamento sobre o real valor dos débitos dos municípios e negociado um novo sistema de pagamento.



Alvaro afirma que R\$ 1 bilhão é "insignificante" diante do valor das perdas já avaliadas pelos municípios

## Para Alvaro, Executivo propôs valor insuficiente

O valor de R\$ 1 bilhão proposto pelo Executivo para compensar a queda dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios é insuficiente para recompor o caixa das prefeituras, tendo em vista que corresponde a apenas 2% das perdas que vêm sendo registradas pelas administrações municipais, afirmou Alvaro Dias (PSDB-PR).

– Um bilhão é insignificante diante do valor das perdas já avaliadas. Os números são incontestáveis. Os municípios e estados receberam menos R\$ 16 bilhões do FPM. No ano passado, os municípios receberam R\$ 52 bilhões – argumentou, destacando que os prejuízos atuais chegam a 12,4% em relação ao que as prefeituras receberam em 2008.

O fundo é constituído por parcelas do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Alvaro lembrou que o FPM constitui uma receita essencial para 81% dos municípios do país, sendo que, nas regiões Norte e Nordeste, esse percentual atinge 95%.

Para compensar as perdas que as prefeituras municipais vêm sofrendo, o parlamentar disse que o ideal seria a criação de um fundo de emergência com recursos oriundos do Fundo Soberano e da desvinculação de receitas orçamentárias. Alvaro Dias anunciou ainda que o PSDB e o DEM promovem hoje um seminário em Brasília para discutir a realidade das administrações municipais.



Maciel considera que isenções do IPI pelo governo provocaram perda de arrecadação das prefeituras

## Maciel sugere criação de fundo de assistência

Projeto que autoriza o governo federal a criar o Fundo de Assistência Financeira Emergencial aos Municípios foi apresentado ontem por Marco Maciel (DEM-PE). Esse fundo, segundo o senador, irá garantir que as prefeituras não tenham redução nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios de 2009 a 2011.

O dinheiro para os municípios sairá do Fundo Soberano do Brasil, criado pelo governo no ano passado para promover investimentos no país e no exterior, formar poupança pública e amenizar os efeitos dos ciclos econômicos. Neste momento, segundo a imprensa, o Fundo Soberano tem em caixa cerca de R\$ 15 bilhões.

Por causa da crise econômico-financeira, os repasses totais do FPM cairão neste ano, até o dia 9 de abril, 9,5% em relação ao mesmo período de 2008, conforme dados da Confederação Nacional de Municípios.

Ao justificar seu projeto (PLS 137/09), Maciel sustenta que a queda de arrecadação "representa uma clara ameaça às finanças" das prefeituras, que têm "importantes responsabilidades" no bem-estar da população, como nos serviços de saúde e na educação. Pondera ainda que uma parte da queda de arrecadação se deve às isenções de IPI que o governo federal fez para alguns setores industriais, para ativar a economia. Assim, o senador considera justo que o governo compense os municípios pela queda de arrecadação.



Jorge Gerdau (E) debate com os senadores, ao lado de Garibaldi Alves, presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, e Francisco Dornelles; empresário ressalta que é preciso zerar o imposto de exportação

# Gerdau: juros e impostos elevados tornam o Brasil menos competitivo

Em audiência pública no Senado, parlamentares apoiam sugestão do empresário de se criar uma comissão com representantes do Executivo, Legislativo, empresários, trabalhadores e governos estaduais para traçar estratégia de retomada da competitividade, sobretudo no setor exportador

AO EXPOR UMA visão empresarial sobre o impacto da crise financeira mundial no Brasil, o presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau, Jorge Gerdau, lamentou que o país não costume calcular o custo da "não competitividade" sobre seu setor produtivo. Segundo afirmou, essa "não competitividade" é estimulada pela tributação imposta às exportações; pela demora na aprovação de reformas estruturais, como a tributária e a trabalhista; e por investimentos precários do poder público em infra-

estrutura. Em audiência conjunta das comissões de Assuntos Econômicos e de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade, presidida pelo senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) e Francisco Dornelles (PP-RJ), o empresário creditou a esse cenário de não competitividade a permanência do Brasil como exportador de matéria-prima em detrimento de produtos manufaturados. Como empresário do ramo siderúrgico, de cadeia produtiva mais longa, Jorge Gerdau testemunhou as

dificuldades decorrentes da burocracia estatal; da tributação pesada sobre imobilizados e energia elétrica; dos encargos financeiros incidentes sobre o capital; e da oneração da folha de pagamento dos funcionários. O primeiro passo para a conquista de uma isonomia concorrencial no exterior, conforme assinalou, é zerar o imposto de exportação. Ainda na opinião do empresário, não é possível tributar quem recorre a empréstimos bancários seja para adquirir um bem durável, seja para investir em sua

produção. Jorge Gerdau foi taxativo ao sustentar que a tributação deve sempre incidir sobre o consumo final. No tocante à questão trabalhista, o presidente do Grupo Gerdau defendeu a flexibilização das regras contratuais. Quanto aos investimentos, o empresário considerou irrisório o valor que o governo brasileiro – que tem participação em 60% do produto interno bruto (PIB) – realiza: o equivalente a apenas 1% da riqueza total produzida pelo país. Já o setor produtivo, que responde por 40% do PIB, investe o

equivalente a 17% dessa riqueza.

## Comissão

Senadores presentes à audiência respaldaram as reivindicações de Jorge Gerdau em favor da competitividade do setor produtivo. O empresário propôs a criação de uma comissão com representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, de empresários e trabalhadores e dos governos estaduais para traçar estratégias de retomada da competitividade, sobretudo no setor exportador.

## CMO poderá debater título da dívida

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) deve votar hoje, a partir das 14h30, requerimento para realização de audiência destinada a debater a sustentabilidade dos títulos da dívida pública e da caderneta de poupança, diante dos efeitos da crise financeira internacional na economia brasileira.

Caso o requerimento, de autoria do deputado Eduardo Valverde (PT-RO), seja aprovado, serão convidados para o debate o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. A audiência ganha importância no momento em que o governo acena com a possibilidade de mudar a rentabilidade da caderneta de poupança, em virtude da diminuição das taxas de juros no país.

## Paim cumprimenta Sarney por defesa de aviso prévio maior

Paulo Paim (PT-RS) cumprimentou o presidente do Senado, José Sarney, por este ter proposto uma parceria entre o governo federal e o Congresso para a aprovação do projeto de lei (PLS 112/09), de autoria de Paim, que institui a figura do aviso prévio proporcional. Pela proposta, o empregador deve dar o aviso prévio de 60 dias a empregados com até cinco anos de atividade; de 90 dias para contratos de cinco a dez anos; de 120 dias para contratos de dez a 15 anos; e de 180 dias para os contratos com mais de 15 anos. Paim ainda pediu ação contra o avanço da febre amarela no Rio Grande do Sul.



Paim também pede providências para conter avanço da febre amarela

## ACM Júnior chama de intervenção a mudança do presidente do BB

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) criticou a recente troca do presidente do Banco do Brasil promovida pelo governo, a que classificou de intervenção. O senador reconheceu que os *spreads* bancários (diferença entre as taxas de captação e de empréstimo realizado pelos bancos) praticados no país são altos, mas avaliou que o governo foi insensível na atitude, colocando em risco a confiança da população e dos acionistas no banco. O ACM Júnior disse temer "o aparelhamento político-partidário deste governo e de seus parceiros insaciáveis".



Antonio Carlos Júnior aponta "aparelhamento político-partidário"

## Plano de ação contra a crise financeira

Na manhã de hoje o presidente do Senado, José Sarney, deverá receber das mãos do ex-ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso um plano de ação contra a crise financeira internacional. O plano foi traçado pelas associações Fórum Nacional, da qual Reis Velloso é coordenador-geral, e Cúpula Empresarial. O Fórum Nacional reúne economistas, cientistas políticos e sociólogos e tem como finalidade oferecer sugestões para a modernização da sociedade brasileira. O fórum é organizado anualmente pelo Instituto Nacional de Altos Estudos (Inae), associação civil sem fins lucrativos que promove o debate e a formulação de políticas e estratégias para o desenvolvimento, na qual o ex-ministro atua como superintendente-geral.

## Especialistas pedem aumento da produção de fertilizante

Seis especialistas ligados à agricultura e um só parecer: é preciso aumentar a produção de fertilizantes no país a preços competitivos e, assim, salvar os agricultores dos altos preços internacionais. A conclusão é da audiência pública, realizada na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), sobre a dependência do país em relação a fertilizantes e insumos químicos exportados. A instituição de uma política de incentivos ao agricultor foi defendida pelo presidente da



Marco Antonio Almeida, Claudio Seliar e o senador Valter Pereira, presidente da CRA

Cristina dos Santos, ressaltou que quatro grandes empresas dominam 70% do mercado de fertilizantes. Ali Aldersi Saab, assessor técnico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, disse que o ponto fraco da agricultura brasileira está no fertilizante e no setor de logística. Também foram ouvidos representantes da área de abastecimento da Unidade de Negócios Petroquímicos e Fertilizantes da Petrobras e do Ministério de Minas e Energia.

Líder do Democratas prevê que o Brasil será atingido fortemente por abalo, que deverá ocorrer nos Estados Unidos, no mercado do dinheiro de plástico

## Agripino alerta para risco de crise nos cartões de crédito

EM PRONUNCIAMENTO QUE provocou muitos apartes, o líder do Democratas, senador José Agripino (RN), alertou para a crise dos cartões de crédito, que, segundo ele, irá atingir o mercado dos Estados Unidos. O parlamentar disse ter viajado àquele país para, em conversas com executivos, melhor entender a crise econômica mundial.

De acordo com Agripino, a crise da inadimplência hipotecária norte-americana, chamada de *subprime*, envolve créditos de US\$ 10,5 trilhões. O mercado de cartão de crédito, por sua vez, tem um volume de quase a metade disso, ou seja, US\$ 5 trilhões.

O senador frisou que o cartão de crédito deve ser usado em situações emergenciais e limitadas, como para pagamento de doenças ou de uma batida de carro. Ele previu que a crise dos cartões de crédito sucederá à crise das hipotecas e que ela atingirá fortemente o Brasil.

Agripino lembrou a quantidade de dinheiro gasto pelo governo dos Estados Unidos para salvar o sistema bancário, o que não ocorreu agora no Brasil.

– O sistema financeiro americano está doente, são trilhões de dólares injetados para evitar que ele quebre. No Brasil não



Senador diz que não se reduz o spread com a demissão do presidente do BB

se precisou injetar um real em banco algum porque o Proer, lá atrás, na época de Fernando Henrique, manteve o sistema financeiro completamente sadio – disse.

### Spread

Agripino afirmou que a crise financeira atual tem três etapas: a fase das demissões, a fase do desemprego e a fase da perda de renda. A fase do desemprego se diferencia da primeira porque nela as pessoas já aceitam salários mais baixos para fazerem a mesma função, gerando então a terceira fase. Para ele, os Estados Unidos já enfrentam esta última, enquanto o Brasil está entrando na segunda fase.

O senador disse que não se

diminui o *spread* bancário com a demissão de um presidente competente do Banco do Brasil. O certo a fazer, na sua opinião, seria diminuir ou zerar a alíquota do IOF e reduzir também o depósito compulsório sobre depósitos à vista, diminuindo o custo do dinheiro.

Agripino criticou ainda o governo federal por “retirar uma receita que não lhe pertence”, referindo-se ao corte no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de automóveis e materiais de construção, o que diminuiu a arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que se constitui na principal fonte de renda da maioria das prefeituras brasileiras.

– O governo usa a tática de descobrir um santo para encobrir outro – afirmou, reclamando que o Executivo jamais chamou o Congresso Nacional para participar do debate.

Apartearam o líder do DEM os senadores Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Rosalba Ciarlini (DEM-RN), João Tenório (PSDB-AL), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Adelmir Santana (DEM-DF), Cristovam Buarque (PDT-DF), Efraim Morais (DEM-PB), Heráclito Fortes (DEM-PI), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

### AGRICULTURA

#### Ministro exhibe mapa de ocupação territorial

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, exibiu para o presidente do Senado, José Sarney, vídeo sobre as áreas de reserva, de recuperação de encostas e as reivindicadas por índios e quilombolas. O mapa foi elaborado pela Unidade de Monitoramento por Satélite da Embrapa. O ministro propôs que se rediscuta a ocupação do território, para definir o que cabe à agricultura e às cidades. Se a legislação for cumprida integralmente, disse, não haverá mais terras para serem usadas.

## Efraim pede a ministro socorro para vítimas de chuvas em Patos

Efraim Morais (DEM-PB) apresentou em Plenário requerimento à Mesa solicitando ao ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, providências urgentes para socorrer vítimas de enchentes na cidade de Patos, na Paraíba.

Segundo o senador, na madrugada de ontem mais de 2 mil famílias ficaram desalojadas e desabrigadas pelas fortes chuvas que caíram na região, alcançando mais de 300 milímetros, em menos de cinco horas de precipitação.

– Muitas famílias perderam tudo e nós esperamos que o governo federal, com a mesma agilidade, com a mesma vontade com que atendeu países do mundo inteiro nos momentos de calamidades, mande um pouco de recursos para que



Segundo Efraim, mais de 2 mil famílias foram desalojadas pelas enchentes

possamos reconstruir as casas dos moradores desabrigados e oferecer um mínimo de conforto a essas famílias.

Efraim Morais agradeceu a solidariedade demonstrada por empresários e comerciantes locais aos atingidos, mediante a doação de colchões, alimentos e água potável.

## Chuva causa calamidade na Paraíba, lamenta Cavalcanti

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) alertou para a situação de calamidade pública em que se encontra o município paraibano de Patos. O senador informou que, na noite de segunda-feira, o município recebeu 300 milímetros de chuva, o que historicamente equivale a toda precipitação que a região recebe durante a estação chuvosa.

O parlamentar disse que os danos são incalculáveis e apelou pela ajuda do governo federal, pois os esforços da prefeitura de Patos e do governo estadual não serão suficientes.

– Nós temos de dar as mãos e



Cavalcanti diz que os danos em Patos são incalculáveis e pede ajuda federal

fazer com que aconteça algum apoio extra para essa população que está em situação de catástrofe – afirmou o senador.

## Problemas do setor serão debatidos em audiência

O mercado dos cartões de crédito no país será debatido em audiência pública pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), conforme requerimento do presidente do colegiado, senador Renato Casagrande (PSB-ES), aprovado na reunião de ontem. Também foi acolhido outro requerimento do parlamentar propondo audiência sobre a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Por sugestão da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), a comissão aprovou solicitação para que o Tribunal de Contas da União (TCU) promova uma auditoria sobre os gastos de cartões corporativos da Presi-

dência da República no primeiro trimestre deste ano.

Marisa Serrano lembrou que, no ano passado, durante o funcionamento da comissão parlamentar de inquérito que investigou o uso desses cartões, houve significativa baixa nos gastos. Este ano porém, argumentou, “os gastos explodiram e o Senado precisa retomar a fiscalização”.

De autoria de João Pedro (PT-AM), a CMA aprovou dois pedidos de audiência sobre meio ambiente. A primeira, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), vai debater a MP 459/09, que dispõe sobre regularização fundiária na Amazônia.

## Flexa Ribeiro: Altamira vive a maior enchente de sua história

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) lamentou da tribuna a tragédia causada pelo grande volume de chuvas que, em apenas três horas, deixou o município de Altamira (PA) em estado de calamidade pública e cerca de 20 mil pessoas desabrigadas. O senador relatou que o rio Xingu subiu sete metros, provocando a maior enchente da história do município, e pediu ajuda dos governos federal e estadual.

– A Defesa Civil do estado anunciou que encaminhará 500 kits com colchões, toalhas, travesseiros, cobertores e 16 itens de limpeza, além de mais de 3 mil



Ajuda anunciada pela Defesa Civil estadual é insuficiente, diz senador

cestas básicas. Porém, é pouco. O município é mais um que amarga a queda de repasses pelo governo federal por meio do FPM.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

As sessões de ontem do Senado Federal foram presididas por José Sarney • Marconi Perillo • Augusto Botelho • Jefferson Praia • Jayme Campos • João Ribeiro • Sérgio Zambiasi • Gilvam Borges • Eduardo Suplicy • Wellington Salgado • Serys Slhessarenko

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora da Secretaria Especial de Comunicação Social: Elga Mara Teixeira Lopes

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira  
Edição: Marco Antonio Reis e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade e Juliana Steck  
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino  
Arte: Cirilo Quartim e Oscar  
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

## Cristovam pede que população cobre o cumprimento de leis

Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu à população que exija a execução das leis que a beneficiam. Como exemplo, ele citou duas delas recentemente aprovadas pelo Congresso Nacional e sancionadas pelo presidente da República: a Lei 11.700/08, que garante às crianças a partir dos quatro anos vaga na escola pública mais próxima de sua residência; e a Lei 11.738/08, que institui o piso salarial nacional para os professores de escolas públicas de educação básica. Essa última foi criada a partir de um projeto de lei do próprio senador.

– Este Congresso, tão criticado, inclusive por mim, de vez em quando faz coisas que tratam diretamente do futuro da população, mas o povo não aproveita isso, não luta para que essas leis sejam cumpridas – lamentou Cristovam.



Senador estimula pressão popular em favor do piso salarial de professores

O senador pediu que pais de alunos apoiem os professores na reivindicação de que a lei do piso salarial seja cumprida, ajudando a pressionar as autoridades, inclusive para que os professores “não precisem da greve, a qual penaliza os alunos”.

– Você, pai, é que no final vai pagar a conta, não a conta do salário, mas a conta da falta do professor – alertou.

## Papaléo condena hipótese de legalizar drogas

Papaléo Paes (PSDB-AP), em discurso ontem, posicionou-se contra a legalização das drogas e defendeu a manutenção de uma política de combate ao uso de substâncias ilícitas, associada a um programa de educação de crianças e jovens.

– Minha convicção é que a sociedade tem a responsabilidade de interditar todo consumo de substâncias que sejam comprovadamente prejudiciais à saúde de indivíduos ou grupos. E é função do Estado garantir que essa proibição seja respeitada – afirmou.

Papaléo, que é médico, também apontou os malefí-



Estado deve interditar substâncias prejudiciais à saúde, diz Papaléo

cios à saúde, tanto das drogas legalizadas – como o tabaco e o álcool – quanto das ilícitas. Mesmo a maconha, sempre mencionada como “mais branda”, produz males, como privação parcial dos sentidos e consciência, que não podem ser considerados inócuos, conforme afirmou. A estimativa é que haja cerca de 200 milhões de consumidores de drogas no mundo, dos quais 160 milhões fumam maconha.

## Zambiasi quer atuação do Congresso no combate ao crack

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) clamou ontem o Congresso Nacional, e em especial o Senado, a discutir a questão do uso de crack no Brasil. Só em Porto Alegre, informou o senador, são 30 mil dependentes da droga.

Zambiasi mencionou reportagem publicada pelo jornal Zero Hora em julho de 2008, mostrando o crescimento do uso da droga no estado e ensinando os pais a identificar sinais de que o filho está envolvido com drogas. Segundo um médico especialista em tratamento de dependentes químicos contatado pelo senador, o índice de recuperação



Porto Alegre tem 30 mil dependentes da droga, lamenta Sérgio Zambiasi

de viciados em crack é zero, e eles representam a esmagadora maioria dos internados, ressaltou Zambiasi.

Comissão externa sugere a realização de audiências públicas sobre as possíveis inovações na legislação processual, como a criação da figura do juiz de garantias

## Juristas propõem anteprojeto de Código de Processo Penal

A COMISSÃO DE juristas encarregada pelo Senado de propor mudanças no Código de Processo Penal (CPP) concluiu ontem um anteprojeto a ser entregue ao presidente José Sarney na próxima semana. O texto deve ser discutido numa série de audiências públicas, informou o senador Renato Casagrande (PSB-ES), autor do requerimento de criação da comissão externa.

A fase de audiências é importante, ressaltou Casagrande, porque vai possibilitar à sociedade opinar a respeito das propostas de mudanças no CPP. Na avaliação do senador, o tema deve despertar o interesse dos cidadãos por estar relacionado ao combate ao crime.

– Sabemos da importância do Código de Processo Penal como instrumento para fazer justiça, diminuir a impunidade e combater a criminalidade – disse Casagrande.

O coordenador da comissão de juristas, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Hamilton Carvalhido, disse que “ouvir a sociedade é um desenvolvimento natural” do trabalho da comissão.

### Mudanças

A proposta de reformulação do CPP traz inovações significativas em relação ao código em



Casagrande (C) com juristas: novo CPP deve ser instrumento contra impunidade

vigor, conforme avaliação do consultor legislativo do Senado Fabiano Augusto Martins Silveira, que é integrante da comissão. Ele destacou a instituição da figura do juiz de garantias, que participaria apenas da fase de investigação, não sendo o responsável pela sentença em um processo penal. Segundo a proposta, que visa garantir maior isenção do juiz que proferirá a sentença, cada comarca jurídica deve ter um juiz responsável pela investigação – o juiz de garantias – e outro que fará o julgamento e determinará a sentença a ser aplicada ao réu.

Outras mudanças importantes, informou Fabiano Silveira, referem-se ao modelo de indenização civil a que a vítima tem direito em razão de haver sofrido as consequências da ação criminosa, ao tratamento

das medidas cautelares e ao sistema recursal.

Fabiano Silveira disse que o anteprojeto de CPP elaborado pela comissão de juristas poderá oferecer uma importante contribuição para sistematizar a legislação processual brasileira, uma vez que abordou o código de forma integral e não sugeriu apenas alterações parciais.

O Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689/41) entrou em vigor em 3 de outubro de 1941 – portanto há 67 anos – e regula o trâmite que vai desde a investigação criminal até a sentença judicial e seus recursos.

A comissão externa de nove especialistas com a atribuição de propor mudanças no Código de Processo Penal foi instalada pelo então presidente do Senado Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) em 9 de julho de 2008.

## Lei contra sequestro corre risco, diz Demostenes

O senador Demostenes Torres (DEM-GO), presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), afirmou em Plenário que há uma campanha, movida por assessores do Ministério da Justiça, para levar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a vetar projeto (PLS 54/04) aprovado pelo Senado que tipifica o crime de sequestro-relâmpago. O projeto estabelece pena de prisão de seis a 12 anos quando não há feridos ou mortos; de 16 a 24 anos em caso de lesão corporal; e de 24 a 30 anos em caso de morte.

Segundo o senador, assessores do ministério, “pessoas preparadas, mas com viés político”, estão pedindo a juristas que critiquem o projeto aprovado pelo Congresso, numa tentativa de convencer o presidente da República a vetá-lo. Demostenes avaliou que eles fazem isso por considerar que as penas previstas no projeto seriam muito severas e desproporcionais. O



Senador pede ao presidente Lula que não vete projeto aprovado pela Casa

senador acredita que, se houver o veto, o governo, por recomendação do Ministério da Justiça, deverá enviar projeto ao Congresso com a mesma finalidade, mas com penas menores.

– Presidente Lula, o senhor está sendo mal orientado neste caso. Faça uma reflexão, senhor presidente: será que cadeia de seis a 12 anos não é uma pena razoável para o sequestro-relâmpago quando não há lesão corporal ou morte? – indagou

Demostenes Torres.

### Fiança

No mesmo discurso, o senador criticou juristas que, segundo ele, condenam “sem ler” projeto (PLS 139/07) de sua autoria que determina que o preso somente poderá ter liberdade provisória após o pagamento de fiança. Demostenes explicou que o projeto, já aprovado pela CCJ, autoriza os juizes a estabelecerem fiança de “até R\$ 93 milhões”, o que não exclui a possibilidade de uma fiança em “valor de apenas um salário mínimo”, dependendo da condição financeira do acusado.

Demostenes observou que continuam existindo os crimes inafiançáveis e lamentou que alguns juristas tenham considerado “demagógica” a fiança elevada. Disse que, lamentavelmente, “o instituto da fiança no Brasil é hoje uma piada” e que o objetivo da proposta é revigorá-lo.

## Efraim será relator de Infraestrutura

O nome do senador Efraim Morais (DEM-PB) foi confirmado ontem pelo colégio de líderes partidários da Comissão Mista de Orçamento (CMO) como relator da área de Infraestrutura do

Orçamento de 2010.

Para a relatoria da área temática Integração Nacional e Meio Ambiente, foi escolhido o deputado federal Antônio Andrade (PMDB-MG).

As indicações seguem a proporcionalidade partidária, sendo indicados seis deputados e quatro senadores para as dez relatorias setoriais.

O relatório setorial é o docu-

mento que expressa a avaliação de despesa dos órgãos integrantes da sua área temática. O relator setorial também dá parecer sobre cada uma das emendas apresentadas.

Objetivo de proposta aprovada ontem pela Comissão de Educação do Senado é ajudar escolas a assegurarem condições iguais de desempenho a todos os alunos

# Projeto garante carteira apropriada a aluno canhoto

OS ESTUDANTES CANHOTOS – que representam aproximadamente 10% do total dos alunos brasileiros – poderão ter direito a carteiras escolares adequadas a suas necessidades em todas as salas de aula da rede pública. A medida consta de projeto de lei (PLS 305/08) do senador Marconi Perillo (PSDB-GO) aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

As escolas brasileiras ainda possuem um “número insignificante” de carteiras destinadas a estudantes que escrevem com a mão esquerda, segundo observou, durante a reunião, o relator do projeto, senador Augusto Botelho (PT-RR), que é pai de dois canhotos, conforme afirmou. Em sua opinião, a aprovação da proposta ajudará a escola a se tornar “mais democrática e igual”, por garantir as mesmas condições a canhotos e destros.

Durante o debate, o presidente da comissão, Flávio Arns



Genaldino Magela

Marconi Perillo é autor do projeto, que será agora examinado pela CDH

(PT-PR), apoiou a iniciativa, mas criticou o uso de carteiras que permitem escrever com apenas uma das mãos – e não de mesas, mais confortáveis, segundo ele – pelos alunos do ensino fundamental. A mesma ressalva foi feita pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

O projeto será ainda apreciado, em decisão terminativa, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

## Dia do Policial Militar pode ser em 13 de maio

Três outros projetos de lei foram aprovados pela Comissão de Educação. O PLC 140/08 institui a data de 13 de maio como o Dia do Policial Militar. O PLC 38/08 denomina Dr. Weimar Gonçalves Torres o prédio do fórum eleitoral de Ponta Porã (MS). E o PLC 53/08 nomeia o hospital da Universidade Federal da Grande Dourados (MS) como Dr. Antônio Alves Duarte.

Foram aprovados ainda requerimentos. O primeiro inclui a CE em audiência sobre agronegócio e meio ambiente. O outro prevê realização de audiência sobre o exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

## Senadores querem volta das aulas em escolas do MST

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) enviará carta à governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius (PSDB), solicitando o imediato retorno das aulas nas oito escolas itinerantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O colegiado também solicitará ao Ministério Público gaúcho a revogação do termo de ajustamento de conduta (TAC), endereçado ao movimento, que determinou o fechamento das escolas e a transferência dos alunos para



Márcio Kollme

Maria Cristina Vargas, Fátima Cleide e André Lázaro

a rede pública de ensino.

As decisões foram tomadas após audiência que discutiu a decisão de fechar as escolas. A audiência foi conduzida pela senadora Fátima Cleide (PT-RO).

Também participaram da au-

diência o vice-presidente da CDH, José Nery (PSOL-PA), e os senadores Cristovam Buarque (PDT-DF), Serys Slhessarenko (PT-MT), João Pedro (PT-AM), Paulo Paim (PT-RS), Flávio Arns (PT-PR) e Marcelo Crivella (PRB-RJ). Como convidados, a deputada Maria do

Rosário (PT-RS), a coordenadora de Educação do MST, Maria Cristina Vargas, e o secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do Ministério da Educação, André Lázaro.

## Marisa Serrano defende ensino médio de qualidade no Brasil

Marisa Serrano (PSDB-MS) defendeu da tribuna o fortalecimento do ensino médio no país, de maneira a garantir que os jovens ingressem com conhecimentos mais sólidos no ensino superior. Ela considera importante que as escolas de nível médio tenham laboratórios de ciências e de informática, disponham de boas bibliotecas e garantam melhores condições de trabalho e melhores salários

para os professores.

A senadora comentou a iniciativa do Ministério da Educação de implantar o Sistema de Seleção Unificada, em substituição ao vestibular. Marisa Serrano destacou que esse processo já está em andamento, com provas marcadas para 3 e 4 de outubro, devendo o resultado final ser divulgado até 8 de janeiro. Ressaltou que essa proposta afeta milhares de estudantes



Genaldino Magela

Marisa Serrano sugere melhores condições de trabalho nas escolas

e envolve milhões de famílias brasileiras, professores e profissionais da educação.



15 DE SETEMBRO DE 1999  
Ao anunciar a aprovação, e envio à sanção, do Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, o *Jornal do Senado* destaca que a medida beneficiaria cerca de 4 milhões de pequenos empreendedores, responsáveis, à época, por 60% dos empregos do país

## Imparcialidade foi a primeira orientação ao *Jornal do Senado*

“A pedido do senador [José] Sarney [então presidente da Casa], fiz um projeto de comunicação para o Senado. Esse projeto previa a Rádio Senado, a TV Senado, a agência de notícias, o 0800 – de comunicação interativa com o público – e a reformulação da área de relações públicas. Como jornalista no Congresso, eu sempre via que as notícias realmente importantes do Congresso eram menosprezadas pela imprensa. Só se divulgava aquilo que era sensacionalista. Era uma má vontade da mídia contra o Congresso. E o *Jornal do Senado* era exatamente para suprir essa falha, porque os jornais ignoravam os grandes debates das comissões, os bons debates em Plenário, os projetos importantes.

Eu contei com uma equipe altamente qualificada. O Helival Rios foi uma pessoa muito importante em todo esse processo. Fizemos concurso público e demos uma orientação ao jornal que hoje

ainda prevalece em todo o sistema de comunicação: a absoluta imparcialidade, sem nenhuma forma de proteger A, B ou C, partido A ou B. Isso prevaleceu e acredito que tenha sido uma coisa muito saudável para o sistema de comunicação do Senado.

No começo distribuíamos o *Jornal do Senado* para todas as prefeituras, câmaras municipais e autoridades. E todos os aviões que saíam de Brasília levavam o *Jornal do Senado*. Também tínhamos uma distribuição muito cedo para quem estava fazendo pauta aqui [em Brasília], nas emissoras de rádio e televisão. Como as pessoas gostam de ler notícia e manusear periódicos impressos, creio que o *Jornal do Senado* vai ter muito tempo ainda pela frente.

Fernando Cesar Mesquita, diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado de 1995 a 2001

## Lei dá nome de Atlas Brasil a aeroporto de RR



Foto de Genaldino Magela

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) anunciou a sanção de lei que dá ao aeroporto de Boa Vista, capital de Roraima, o nome de Atlas Brasil Cantanhede, em homenagem ao pioneiro na implantação do serviço de aviação civil para a população roraimense nos anos 50.

Apresentado por Mozarildo em 2001, o projeto que deu origem à lei foi aprovado pelo Senado em 2002, e somente em março último teve a aprovação da Câmara dos Deputados.

## Voto de pesar pela morte de dois roraimenses

Augusto Botelho (PT-RR) apresentou requerimentos de voto de pesar pela morte de dois amigos roraimenses: Luiz Afonso Faccio, que foi deputado estadual por duas legislaturas e era rizicultor, e José Holanda Bessa, funcionário aposentado. Segundo o senador, Faccio desenvolveu tecnologia do arroz irrigado juntamente com pesquisadores da Embrapa, tornando a rizicultura importante atividade econômica em Roraima. Mozarildo Cavalcanti subscreveu o requerimento.



Foto de Genaldino Magela